

AULA MAGNA, 38º ENCONTRO DA ANPEC

Antes de mais nada, quero deixar registrado que a ANPEC teve um papel muito importante na minha carreira profissional. Na primeira vez que submeti um trabalho para o encontro, ele quase se perdeu porque eu achei que devia enviar para a sessão de “diversos”. Mas depois tudo se ajeitou e passei a participar regularmente dos encontros, que me abriram muitas frentes interessantes.

Meu caros: a letra de uma música do Chico Buarque dá bem uma idéia de como eu estava me sentindo, nesta minha fase de pendurar as chuteiras, quando veio o convite da Adriana para proferir a aula magna da Anpec:

“Eu bato o portão sem fazer alarde. Eu levo a carteira de identidade. Uma saideira, muita saudade. E a leve impressão de que já vou tarde...”

Este era meu estado de espírito quando a Adriana me telefonou. Fiquei, é claro, muito surpresa e contentíssima: a Adriana me devolveu o Neruda, por assim dizer. Agradeço muito a ela, na qualidade de secretária executiva da ANPEC, a oportunidade de dizer-lhes algumas palavras hoje. Agradeço também os exageros retóricos do Ramón Garcia, colega de tantas jornadas, que chamou a atenção para o desenvolvimento institucional de uma linha de pesquisa cujos militantes de primeira e segunda hora estão bem representados na platéia pela.

Eis o roteiro que vou seguir na minha exposição. Em primeiro lugar, vou dizer como vejo o estado das artes na área de metodologia econômica, a partir de um sumaríssimo retrospecto dos últimos 40 anos de pesquisa nesse campo. Falarei em seguida sobre problemas recorrentes na construção e teste de teorias econômicas, que nunca sumiram do pano de fundo da pesquisa, mesmo quando os pesquisadores decidiram fragmentar a discussão

metodológica. Meu próximo passo é algo arriscado: farei uma previsão para o futuro da ciência da economia, interpretada com a ajuda de três artigos recentes. Para estabelecer uma ligação entre essa consulta aos astros e o contexto sócio-econômico mais amplo, minhas reflexões finais serão dedicadas a uma espécie de “soul searching”, motivada pelas repercussões da crise dos mercados na academia. Não vou falar sobre o que deu errado, ou indagar, como muitos e melhores antes de mim já fizeram, porque a maioria dos bons economistas do mundo não conseguiu prever a crise financeira em curso. Minha preocupação será discutir o impacto que a crise dos mercados deve ter sobre o ensino da economia: o que devemos dizer a nossos alunos?

Os rumos da metodologia econômica

Um breve olhar sobre o passado recente da metodologia econômica sugere que a busca de um conjunto único de regras metodológicas, capaz de diferenciar definitivamente a boa da má ciência econômica, revelou-se um empreendimento frustrado. Concordo assim inteiramente com Wade Hands (2001), quando este afirma que não há um “kit metodologia” na prateleira, pronto para ser utilizado pelo pesquisador. Gostemos ou não, essa versão de uma metodologia baseada em regras fixas e de aceitação universal, qualquer que seja seu conteúdo específico, não se coloca mais como meta para o estudioso. Depois de uma temporada em que bebeu avidamente nas fontes da metodologia científica, ao eleger como figuras centrais de sua demanda de resposta autores como Karl Popper, Thomas Kuhn e Imre Lákatos, o metodólogo da economia concluiu que era vã a tentativa de encontrar um algoritmo capaz de definir padrões absolutos e iluminar a escolha da melhor teoria.

Contaminada por esses ventos de descrença, a literatura atual perdeu parte da roupagem crítica de que se revestiu em seu berço. Gradualmente, a “reserva de mercado” que durante algum tempo fez da metodologia território exclusivo de heterodoxos e críticos do *mainstream* cedeu lugar a uma postura menos flagrantemente combativa, muito atenta para os detalhes das teorias cujo escrutínio pretende fazer. Para o bem e para o mal, a atitude hoje é mais humilde, mais respeitosa do que já se considera feito, menos contundente em suas críticas. Na expressão adotada por Backhouse (1994), o metodólogo passou a preocupar-se com a “recuperação da prática” dos economistas. Sua intenção é “desconstruir” o conteúdo típico de uma corrente de pensamento, instituição ou autor, por exemplo (e por que não?), a Escola de Chicago. Quer seguir pelo avesso o caminho que percorreram e compreender sua perspectiva e analisar sua retórica, sem proferir um juízo definitivo, sem condenar, sem apontar vieses ideológicos ou de qualquer outro tipo.

É por isso que a metodologia econômica hoje praticada é umbilicalmente ligada à história do pensamento, seja na forma de história intelectual, seja na busca de fundamentação teórica. O objetivo é menos julgar do que conhecer, menos chegar a um veredito do que traçar um perfil. Nesse trajeto, os metodólogos se encontraram com os historiadores das ideias e passaram a formular perguntas como: o que diferencia os austríacos dos neoclássicos? qual a concepção de causalidade na teoria monetária de Milton Friedman? houve progresso teórico na contribuição de Ohlin-Samuelson à teoria do comércio internacional? o que foi feito do debate sobre os microfundamentos a partir do momento em que se abandonou a macroeconomia do desequilíbrio? quais os problemas metodológicos envolvidos na prospecção de grandes bases de dados estatísticos?

A perspectiva pode ser diferente, mas o terreno de investigação é compartilhado com pesquisadores que se dedicam à história do pensamento, que, diga-se de passagem, sempre demonstraram simpatia por questões metodológicas. (Eu mesma acho que inconscientemente segui por esse caminho, quando me voltei para o estudo da economia do desenvolvimento de Raul Prebisch e, mais recentemente, de Albert Hirschman.)

O movimento que estou buscando aqui retratar não pode ser entendido fora de seu contexto intelectual mais amplo. Ele não pode ser dissociado do processo de superação da filosofia inspirada no positivismo, que extravaza os limites estreitos de qualquer ciência particular. Superar o positivismo significou, em poucas palavras, ir além da visão ingênua que apregoa a capacidade da ciência de espelhar o mundo tal como ele é, sem distorções, sem juízos de valor ou mineração de dados tendenciosa. Nesse movimento, o pragmatismo defendido por economistas como Friedman, bem como a corrente retórica que teve como precursores Arjo Klamer e Deirdre McCloskey -- e que tanto sucesso fez entre nós aqui no Brasil -- teve papel decisivo.

Esse movimento de superação do positivismo faz parte do “lado bom” do processo em curso, que ocorre junto com a fragmentação da discussão metodológica. Programas de pesquisa que despontam no horizonte têm opções próprias e, quando seus praticantes discutem questões de método, fazem isso de uma perspectiva particular. Em sua freama de arrumação abdicam, ao menos temporariamente, de expressar uma visão crítica integrada do método utilizado pela teoria econômica. Assim vem procedendo os diferentes ramos da economia institucional, a economia comportamental, as correntes evolucionárias e a economia da complexidade, para citar alguns exemplos.

A ironia dessa história é que, ao reduzir o escopo de sua investigação, o metodólogo da economia não reduz na mesma proporção o tamanho dos problemas com que se defronta. Ao contrário, quando se considera cada programa de pesquisas individualmente, percebe-se que ele tem sérias questões de método para enfrentar, e que elas replicam, em cada lote de terreno, as questões que assombravam o território mais amplo. Não foi porque a metodologia econômica decidiu restringir seu foco de análise que se eliminou o vício ricardiano, uma das teses diletas do saudoso Antonio Maria da Silveira, segundo a qual a economia estava contaminada pela tendência a saltar diretamente da mais pura teoria ao nível mais rasteiro de aplicação prática. Tal como as grandes questões relativas à verdade das teorias, ao teste empírico de hipóteses logicamente deduzidas ou à natureza das ciências humanas, seu fantasma percorre os caminhos menos ousados definidos no presente.

Basta aqui lembrar do programa de pesquisas da economia comportamental. Na recente história das idéias, a economia comportamental representou o estabelecimento de uma nova aliança entre duas disciplinas que permaneceram muito tempo separadas, a economia e a psicologia. Ela questiona os pressupostos psicológicos minimalistas da teoria tradicional, ao jogar luz sobre “anomalias” empíricas que sugerem que a violação do comportamento de maximização da utilidade esperada, longe de ser randômica, tende a ocorrer sistematicamente e segue padrões regulares. Do ponto de vista de seus procedimentos, a economia comportamental apoia-se em experimentos, mas não se restringe aos mesmos, sendo compatível com uma grande variedade de procedimentos de coleta e análise de dados.

Esse caráter inovador, porém, não impede que a economia comportamental seja afetada por problemas metodológicos. Uma das questões que mobilizam o debate atual na área diz

respeito ao advento da neuroeconomia que, como sabemos, beneficia-se dos significativos avanços da neurociência. Esta descobriu recentemente, por exemplo, que os homens são sensíveis à cor do batom feminino: eles fixam o olhar durante 7,3 segundos, em média, em uma boca com batom vermelho; 6,7 segundos em uma boca com batom cor de rosa; e 2,2 segundos em uma boca sem batom. Esta descoberta terá, sem dúvida, seu impacto sobre o funcionamento da economia. Dá para imaginar os *linkages* (encadeamentos), para frente e para trás, que terá na indústria de cosméticos, na publicidade, na indústria de preservativos etc. (Veja, 2010)

Apesar do avanço da neurociência e sua influência sobre a economia comportamental, esta envolve um risco não desprezível de adesão ao fisicalismo, ou seja, o risco de definir a mente humana a partir de características físicas dos cérebros, transmitidas geneticamente. Como no behaviorismo, os estados da mente passam a ser vistos como meras disposições comportamentais, acionadas por estímulos puramente externos.

Outra forma de reducionismo que tem acompanhado a história do pensamento econômico desde seus primórdios é o individualismo metodológico. Segundo este, importantes aspectos do funcionamento da economia e da sociedade podem ser reduzidos ao comportamento dos indivíduos que as integram, e a maximização do bem estar social, sempre restringida, se dá por mero processo de agregação. Esse reducionismo não só constitui uma falácia de composição, no que concerne à lógica da construção teórica, como se choca com evidências empíricas que revelam, por exemplo, que as pessoas exibem comportamento de manada; que agem movidas por sentimentos de culpa; que são propensas a punir comportamentos que consideram injustos, mesmo que lhes exija uma

dose de auto-sacrifício; e que recorrem a instituições sociais para solucionar problemas de auto-controle.

Três olhares

A boa notícia é que alguns metodólogos da economia voltaram a refletir sobre o estado das artes dessa disciplina, vista em sua totalidade. Vamos aqui resumir o que eles dizem em três artigos recentes, sem necessariamente concordar com tudo o que propõem.

No artigo “The changing face of mainstream economics”, já bastante conhecido entre nós, Colander e colaboradores (2004) qualificam como simplista o rótulo que se costuma atribuir ao *mainstream* da economia como adepto da “santíssima trindade” da racionalidade, do egoísmo e do equilíbrio. O rótulo é indevido, proclamam os autores, porque não mais reflete a pesquisa de fronteira na ciência da economia.

A tese do artigo é que a situação atual no *mainstream* se caracteriza por uma grande variância nas visões aceitas, decorrente de uma atitude de maior abertura para ideias novas, inclusive aquelas provenientes de correntes heterodoxas e de outras disciplinas. A dupla fronteira da economia teria componentes intelectuais, associados a esse esforço de incorporar novas ideias, bem como uma dimensão social, ligada ao ambiente em que se dá a pesquisa e a elaboração de políticas. Nesse ambiente seria possível produzir, acolher e disseminar concepções novas ou até então marginalizadas. Essa atitude estaria presente na elite dos economistas e nos centros de pesquisa de maior visibilidade acadêmica, mesmo aqueles mais conservadores, que se mostrariam receptivos à novidade, à interdisciplinaridade e mesmo às críticas.

Colander e seus co-autores advertem que não se trata de uma revolução científica à la Thomas Kuhn. Enquanto este descreve mudanças paradigmáticas, introduzidas “funeral após funeral”, as mudanças em curso são propostas como adições ao conhecimento, mudanças evolucionárias cumulativas cujo potencial revolucionário pode passar despercebido durante anos.

Assim, o avanço na fronteira se daria na forma de diversificação. Ao contrário da ortodoxia, fechada, conservadora, monótona, a elite tem boa vontade em relação a novas teses sobre as escolhas humanas ou sobre como a economia funciona. Ela está disposta a encampar sugestões de diferentes procedências, inclusive aquelas sopradas pela heterodoxia – velhos institucionalistas, austríacos, pós-keynesianos, feministas -- desde, é claro, que se apresentem numa linguagem considerada adequada. (Sem preconceitos na acolhida de novas ideias, a elite resiste muito à incorporação de metodologias alternativas.)

Outro texto recente que trata do estado das artes é o de Wade Hands (2007), “The future of economics?”. Depois de descrever o movimento em direção à teoria da escolha racional, na velha tradição de Lionel Robbins, Hands aponta que os economistas vem demonstrando consciência crescente das lacunas desta teoria. Empenhados em dar conta das anomalias postas à luz do dia pela pesquisa empírica, os trabalhos de fronteira se predispõem a aceitar uma gama muito maior de estratégias explicativas e preditivas do comportamento humano. Hands sintetiza os resultados de muitas pesquisas empíricas que se encaixam nesse perfil. Jogos de ultimato feitos em um grande número de países e com formatos bastante diversos mostram desvios sistemáticos do comportamento egoísta maximizador. Avaliações de risco tendem a exibir vieses sistemáticos, capazes de afetar significativamente as decisões individuais de investimento e o comportamento diante de crises econômicas. Agentes

econômicos de carne e osso são movidos por “efeitos de dotação”, pois o valor que atribuem a um ato ou escolha particular não depende apenas das consequências dos mesmos, mas é grandemente afetado pelas circunstâncias em que se concretizam. A resposta individual aos estímulos econômicos varia em função do enquadramento (*framing*) das alternativas de ação a que o sujeito é exposto, de tal forma que ações que envolvem risco de perda são avaliadas diferentemente daquelas que oferecem chance de ganho, mesmo que as quantias envolvidas sejam idênticas. Ainda, considerações de justiça pesam sobre as escolhas, e o agente pode se conformar em perder dinheiro desde que isso lhe dê a oportunidade de punir outros participantes da situação que, a seu juízo, não “jogam limpo”. E assim por diante.

Hands conclui que todas essas evidências ameaçam os pilares da teoria da escolha, que integra o núcleo rígido da teoria tradicional. Questiona-se o consequencialismo dessa teoria, sob o argumento de que os agentes econômicos não se importam apenas com as consequências das decisões que tomam ao optar por uma alternativa, mas levam em conta o próprio processo de tomada de decisão, traduzido em comportamento efetivo.

Que futuro se vislumbra a partir desse ponto, para repetir a pergunta do título? Menos otimista do que Colander e colaboradores, Hands adverte seu leitor sobre a pressão exercida por duas forças conservadoras. A primeira delas apoia-se no argumento de que há muito a perder, uma vez que a decisão de abrir mão do patrimônio acumulado pela ciência da economia desde seus primórdios teria um custo demasiadamente alto. A segunda baseia-se no papel cambiante das dimensões positiva e normativa da economia.

Deste segundo ângulo a reação conservadora argumenta que a teoria da escolha tem caráter normativo, de tal forma que os críticos que ficam brandindo contra-evidências empíricas

investem em vão contra ela. As pessoas não se comportam exatamente assim, não é esta a maneira pela qual a economia funciona de fato, tudo isso é verdade, mas, convenhamos, construir uma teoria realista nunca foi objetivo! Tudo o que a teoria econômica quer é enunciar como a escolha é feita em condições ideais, e não como ocorre de fato. Nesse sentido, uma argumentação longa e pacientemente construída não é colocada em xeque pelo falseamento empírico.

Hands também descarta a possibilidade de o *mainstream* ser abalado por uma revolução científica em moldes kuhnianos. É verdade, admite, que as coisas não vão permanecer eternamente como estão, mas a ênfase no caráter normativo tem forte efeito estabilizador. Muda-se a forma de apresentar a teoria ao respeitável público: ela não é uma tentativa de descrever o comportamento econômico efetivo, e sim uma referência normativa, um padrão ao qual a realidade se aproxima ou do qual se afasta.

Hands faz mais uma previsão sobre o futuro da economia, que parece bastante plausível. Acredita que não haverá mais uma disciplina da economia unificada, como ocorreu durante a maior parte do XX, em que esse ramo da ciências sociais manteve sua coesão graças ao fato de seus praticantes compartilharem certos compromissos metodológicos. Nas condições atuais, a compartimentalização do conhecimento econômico seria inevitável, e já estaria de fato em processo.

Para um segundo contraponto menos otimista ao artigo de Colander e outros, vale aqui recorrer ao artigo publicado por John Davis, intitulado “The turn in recent economics and return of orthodoxy” (2008). Como os autores que o precederam nesta exposição, Davis observa a existência de um conjunto de novos programas de pesquisa que se afastam de maneira significativa da abordagem neoclássica tradicional. Essas pesquisas de fronteira,

10

diz o autor, podem ser tomadas como evidência de que a economia tornou-se mais pluralista. Parece mesmo que está sob o impacto de uma espécie de “imperialismo reverso”, em que os economistas vem sendo sensibilizados pelos *insights* de outras disciplinas, da biologia à física e à psicologia.

Contudo, Davis considera que o pluralismo que atualmente caracteriza a comunidade mais ampla de economistas pode representar apenas uma fase de um ciclo mais estendido. Como diz a sabedoria popular, não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe. Mais dia menos dia, a etapa de pluralismo cederá lugar a uma nova ortodoxia, ainda que diferente daquela que a precedeu.

Davis concorda com Colander e seus co-autores sobre a diversificação da pesquisa de fronteira. Os novos programas de pesquisa erguem-se sobre pressupostos definitivamente diferentes daqueles que definiram a ortodoxia tradicional, e menos claramente conflitantes com os da heterodoxia. Ora, indaga, por que esse pluralismo não pode persistir por um prazo indefinido? Confessa que esta seria sua preferência, gostaria mesmo de recomendar que durasse. Mas, infelizmente, não é o que diz a história do pensamento econômico. Um exame de seu percurso mostra que ela tende a alternar períodos nos quais uma única abordagem é dominante com períodos em que prevalece um pluralismo de abordagens, como é o caso daquele em que floresceu a Escola Histórica Alemã, em suas disputas com os austríacos, e o debate entre institucionalistas e neoclássicos nos Estados Unidos, no período entre-guerras.

Os economistas conhecem bem os ciclos, e não deveriam ser surpreendidos pelo fato de um metodólogo proclamar que eles também prevalecem na história do pensamento econômico.

Além disso, como também sabemos, ciclos podem ser domados por boas práticas, ora bolas!

A principal novidade no texto de Davis talvez seja sua consulta a uma extensa literatura de sociologia da ciência. Em primeiro lugar, a organização das disciplinas acadêmicas e profissionais em torno de abordagens dominantes permite a seus participantes constituírem grupos coesos na defesa de suas trincheiras. No caso da economia, o emprego dos rótulos “ortodoxia” e “heterodoxia” propicia uma defesa contra a crítica pública que é inevitável em condições de alta incerteza. Os rótulos possibilitam que a abordagem ortodoxa reivindique a condição de verdadeiro conhecimento, ao mesmo tempo em que expõe à luz do dia o caráter não científico da heterodoxia. Institucionalizam-se, assim, práticas discriminatórias em relação às vozes dissonantes, não para abafá-las de todo, mas para manter seus decibéis sob controle.

A alternância de períodos de ortodoxia com períodos de heterodoxia também deve ser atribuída ao caráter ideológico de uma ciência como a economia. Para desenvolver esse argumento, Davis contrapõe as ciências sociais às ciências físicas. Nas primeiras, períodos de pluralismo tornam mais nítidas as diferenças de abordagem, pois dão mais transparência aos valores que estão na base de uma determinada corrente de pensamento. Ao contrário, o caráter ideológico do conhecimento fica menos evidente em cenários ortodoxos. Esta seria a explicação para os retornos periódicos à ortodoxia, que conferem maior legitimidade ao conhecimento acumulado e, ao mesmo tempo, ressaltam a proximidade das ciências sociais com as ciências físicas. Já períodos de pluralismo, como aquele que ainda estamos vivendo, favorecem o êxito profissional de indivíduos cuja abordagem foge ao convencional (é

heterodoxa, na linguagem do autor), fato que é demonstrado por alguns dos mais recentes prêmios Nobel.

Toda essa reflexão gera alguma perplexidade: como atribuir os rótulos disponíveis a autores como Daniel Kahneman, Vernon Smith ou mesmo Amartya Sen, que, embora parte do *mainstream*, são ao mesmo tempo não-ortodoxos? O ambiente é complexo e os movimentos se dão no eixo centro-periferia. Uma corrente como a dos pós-keynesianos, originária da ortodoxia econômica mas que dela se afastou, traça hoje um movimento para fora das fronteiras da economia, ao focalizar questões como dependência de trajetória e incerteza forte. No outro extremo estariam a economia comportamental e a economia experimental, que vieram da psicologia e se moveram para o interior da economia, com a intenção de rever, sem abandonar de todo, seus pressupostos fundamentais.

Pois bem, vamos aceitar a tese de Davis de que a ameaça de retorno à ortodoxia está presente, mas... como será a nova hegemonia? Segundo o autor, ela refletirá o trabalho de novos programas heterodoxos que conseguiram espaço no *mainstream*, e não de uma combinação entre estes e as abordagens ortodoxas e heterodoxas convencionais, com as quais, aliás, pouco se comunicam. A persistirem as tendências atuais, Davis enxerga duas possibilidades para uma nova ortodoxia, uma mais conservadora, outra mais reformista. O caminho conservador implicaria um afastamento decisivo em relação à concepção neoclássica de microfundamentos – a teoria continuaria a ocupar-se de escolhas, mas a partir de um conjunto de tipos ideais definidos em um contexto interativo. Já o caminho reformista tenderia a ver o processo econômico de uma perspectiva diacrônica. Ele seria sensível ao enraizamento social dos indivíduos e das instituições, enxergaria a interação

mútua entre indivíduos e estruturas sócio-econômicas, e teria uma percepção evolucionária dos processos.

Em poucas palavras, o recado de John Davis a nós, pluralistas que somos, pode ser assim resumido: VAI PIORAR! Ora, neste cenário, muitas cabeças pensantes da platéia podem estar se indagando qual a melhor estratégia para os heterodoxos tradicionais. Se sua análise dos fatores ligados à sociologia da profissão proceder, eles devem aproximar-se dos heterodoxos que conseguiram acesso ao *mainstream*, não para vestir a camisa do seu time, mas para estabelecer as bases de um diálogo frutífero. Só assim estariam aptos a influenciar a conformação da futura ortodoxia e, portanto, sobreviver à superação do pluralismo.

O artigo de Davis oferece muito material para reflexão, e as hipóteses que levanta são complexas e polêmicas. Não é possível examina-las aqui em sua íntegra, mas pelo menos um ponto deve ser levantado. É bastante razoável prever um retorno periódico à ortodoxia. Aprendemos com Thomas Kuhn como são poderosas as forças que sustentam a ciência normal; e aprendemos com os sociólogos que um grupo social que conquista a hegemonia age no sentido de preservar seu poder. O que pode ser questionado é se cada nova ortodoxia decorre, de fato, da heterodoxia que a precede no período pluralista. Dito de outra forma, quão nova é a nova ortodoxia em relação à do período anterior? até que ponto as mudanças introduzidas pelo período de pluralismo são irreversíveis? Concordo que vivemos uma fase de maior pluralismo de abordagens. Concordo também que um dos cenários possíveis é o estabelecimento de uma nova ortodoxia. Mas o texto não elucidada adequadamente a relação entre pluralismo, heterodoxia e *mainstream*. O *mainstream* atual abriga não apenas as correntes heterodoxas como também as sobreviventes da ortodoxia passada. Por que seriam necessariamente as primeiras a prevalecer na nova fase?

Um quarto olhar

Gostaria em seguida de refletir sobre uma tendência atual que não foi mencionada nos trabalhos que citei. Trata-se da valorização da pesquisa empírica na economia. Com satisfação vimos a preocupação com a coleta de dados ocupar novamente um lugar de destaque na academia. O benefício veio também da disponibilidade de séries estatísticas mais completas e detalhadas.

É claro, isso reflete mudanças nos incentivos colocados para os pesquisadores, incentivos que durante algum tempo os levaram a devotar um esforço desproporcional para o refinamento da teoria abstrata, às expensas do trabalho empírico. Se há dez anos vivíamos um momento de muita abstração, muitos exercícios de simulação vagamente referidos ao mundo real, muito sobrevoos matemático no espaço aéreo dos mundos possíveis, isso mudou. De um lado, tornaram-se frequentes as discussões sobre como assegurar o realismo nas teorias e cobrar essa qualidade nos trabalhos apresentados; de outro, com o avanço da computação e a maior facilidade de processamento, os economistas passaram a desfrutar de imensos bancos de dados, periodicamente alimentados. Na manipulação e no tratamento desses dados houve uma “explosão da econometria”, como já disse o Ramón.

Ótimo que assim esteja sendo. Só que nossa maior facilidade de acesso a grandes massas de dados estatísticos, que podem ser analisados com toda a sofisticação que o avanço da econometria permite, não deve levar os economistas a descuidarem de trabalhos de reflexão, tradicionalmente mais baseados em palavras. Digo isso, em primeiro lugar, pelos inconvenientes da chamada “mineração de dados” (*data mining*). No que tem de negativo, esse instrumento de tortura leva o pesquisador a rodar muitas regressões alternativas, dentre as quais reporta apenas um subconjunto, em geral, e não por acaso, aquele que convém a

suas hipóteses favoritas. Há quem argumente que a mineração de dados é inevitável, que tem como função promover a estabilidade da teoria. Faz sentido, mas deixar de acusar que um procedimento igualmente plausível de ajustar uma função log-linear leva a um resultado oposto àquele que foi relatado constitui supressão de evidência.

Há também um risco não desprezível dessa pesquisa empírica muito rica de dados e sofisticada em seus instrumentos levar a resultados absolutamente triviais, conclusões acacias a que qualquer estudante de economia ou jornalista já havia chegado com um custo quase zero. Como disse Colander (2009), a academia costuma esconder as conclusões de senso comum na sua forma crua porque o senso comum é óbvio, óbvio demais para gerar publicações especializadas. Como nossa capacidade de interpretar grandes bases estatísticas nem sempre tem sido convenientemente desenvolvida, podemos dar tiros de canhão para matar moscas, ou seja, esconder conteúdos pobres atrás da parafernália econométrica.

Talvez o fato da reflexão ter sido colocada em segundo plano na formação dos economistas explique, pelo menos em parte, por que foram incapazes de prever a crise econômica em curso. Não acho certo responsabilizá-los por essa “trapalhada colossal” em que nos metemos, mas, como muitos já disseram, devem encará-la como uma oportunidade para uma reflexão mais geral e mais profunda. Com isso, parto agora para minhas...

Considerações Finais

A perplexidade causada pela recente crise dos mercados desencadeou um extenso debate sobre porque ocorreu, como poderia ter sido evitada e como deve ser remediada. Vários seminários foram organizados para discutir o tema, dentro e fora do Brasil. Alguns colegas

que estão participando deste 38º encontro montaram um dossiê lançado este ano pela revista *Econômica*, da Universidade Federal Fluminense, cujo tema são os erros e acertos dos economistas no contexto da crise internacional.

Permitam-me aqui acrescentar algumas reflexões pessoais às idéias expostas neste dossiê, que fazem parte dessa busca de alma (*soul searching*) de que falei no início. Meu foco está nas lições que a crise encerra para o ensino de economia. Mais uma vez: o que devemos ensinar a nossos alunos?

Mercados financeiros são frágeis, preços são rígidos, a crença fundamentalista no mercado compromete nossa capacidade de previsão. Os fatos nos mostraram isso, agora acreditamos e vamos passar o recado para nossos alunos. Mas, a menos dessas diretrizes bastante gerais, não sei bem o que recomendar em termos de mudanças a serem introduzidas no ensino.

Não sei dizer se o caminho é redescobrir os ensinamentos de Keynes, se é adotar a hipótese de mercados adaptativos, aderir a alguma das variantes do institucionalismo, entender melhor como incentivos microeconômicos afetam o panorama macroeconômico, esquecer de uma vez por todas o agente representativo ou questionar o universo estático de Laplace. Também não sei como tornar o mea culpa de Paul Krugman suficiente. Não sei tudo isso ao mesmo tempo e muitas outras coisas desse tipo.

Mas uma coisa eu sei bem, e é ela que eu quero destacar aqui nas minhas considerações finais, porque dela depende todo o resto. Sei que, como professores, devemos incentivar a capacidade crítica e de reflexão de nossos alunos. Disciplinas como metodologia e história do pensamento econômico são espaços privilegiados para o exercício dessa habilidade. Não podem faltar no treinamento dos jovens economistas, embora não lhes caiba assumir, sozinhas, esse papel.

Talvez um efeito positivo da crise seja adiar o retorno à ortodoxia e estender a duração desse momento de pluralismo de que nos falou Wade Hands. Quem sabe a crise nos leve a prestar mais atenção a idéias novas que foram marginalizadas e idéias velhas para as quais os mercadores fizeram ouvidos moucos. Como disse o insuspeito George Soros, nossa responsabilidade não é apenas construir melhores modelos, mas estimular uma abertura da própria disciplina da economia. Isso implica treinar as novas gerações para exercer cotidianamente sua capacidade de debater ideias e exercer a crítica consequente.

Aprendemos com Albert Hirschman a importância da voz, negligenciada pela teoria econômica tradicional, que só tem olhos para a saída. Pois bem: jovens, críticos e reflexivos, nossos alunos nos darão mais trabalho ainda. Eles serão mais ruidosos, pois preferirão protestar a acatar disciplinadamente aquilo que ouvem, ou simplesmente correr para a porta de saída. Teremos de achar bons argumentos para dissuadi-los de elaborar projetos de tese sobre “Deus e sua época”, ou sobre “O dever do capitalismo”; insistindo, ao mesmo tempo, para que mantenham essa preocupação com as coisas do mundo no fundo de suas cabeças, e encontrem maneiras adequadas de expressá-la em sucessivos projetos de menor envergadura.

A seu turno, nossos alunos cobrarão de nós opiniões e conhecimento em nossa área, mas também disposição para escutar suas dúvidas, abertura para receber críticas e boa vontade para ouvir seus sonhos. Não será fácil aturá-los, mas... alguém disse que era fácil ser professor?

É isso o que eu tinha a dizer para vocês hoje, confiante de que essas idéias “diversas” possam de alguma forma contribuir para o êxito desse 38º encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em economia. Muito obrigada.

Referências

Backhouse, Roger (1994). *New Directions in Economic Methodology*. Routledge, Londres e Nova York, introdução.

Colander, D. R. P. F. Holt e J. Barkley Rosser, Jr.. (2008). “The changing face of mainstream economics”. *Review of Political Economy* vol. 16, nº 4, out 2004.

Colander, David (2009). “How Economists got it wrong: A nuanced approach”. Middlebury College Economics Discussion Papers 09-09, Vermont.

Davis, John B.. (2008). “The turn in recent economics and return of orthodoxy,” *Cambridge Journal of Economics*, vol. 32, pp. 349-366.

“Dossiê – Crise financeira internacional: erros e acertos dos economistas”. *Econômica* vol. 11, n. 2, dez 2009.

Hands, D. Wade (2007). *The future of economics?* Tacoma, WI: Register Lecture, University of Puget Sound.

Hands, D. Wade. (2001). *Reflection without Rules*. Cambridge: Cambridge University Press.

Veja (2010). “O poder da boca vermelha”, edição 2194, ano 43, nº 43.